



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA DA 5ª REGIÃO

## Processo Seletivo Público para Estagiários de Direito – 2019

# CADERNO DE PROVAS

Número de inscrição:

--	--	--	--	--	--	--

Recife, 28 de abril de 2019

# INSTRUÇÕES

**As instruções contêm informações indispensáveis à realização da prova. Não deixe de lê-las.**

1. Este caderno de provas contém as 30 questões que compõem a **Prova Objetiva**, das quais 6 de **Direito Constitucional**, 6 de **Direito Administrativo**, 6 de **Direito Penal**, 6 de **Direito Processual Penal** e 6 de **Direito Processual Civil**. Ele contém igualmente o espaço para a **Prova Dissertativa (Subjetiva)** e duas folhas para rascunho (as quais são de utilização **opcional**).

2. Na hipótese de o caderno estar incompleto ou com qualquer defeito formal, o(a) candidato(a) deverá solicitar ao fiscal mais próximo que o substitua. **Não** serão deferidos recursos baseados em defeitos formais do caderno de prova.

3. Se o(a) candidato(a) considerar que determinada questão apresenta qualquer defeito de conteúdo, deverá dela recorrer no prazo previsto no Edital nº 01, de 25 de fevereiro de 2019. **Não** será prestado, durante a realização da prova, esclarecimento algum relativamente a defeitos dessa natureza ou quanto à interpretação dos comandos e dos itens das questões.

4. É vedada a consulta e a utilização de livros, códigos, legislação, anotações ou qualquer outro material, bem como a comunicação com qualquer pessoa que não os fiscais que estarão atuando na aplicação da prova de seleção.

5. É vedada a utilização de qualquer equipamento eletrônico durante a prova, inclusive telefone celular, que deverá ser desligado e guardado em recipiente próprio fornecido pela comissão do concurso.

6. A duração da prova é de **3 horas** improrrogáveis, **incluído** o tempo para preenchimento do número de inscrição, da folha de respostas e da Prova Dissertativa, e caso seja usada, da folha de rascunho. Ao final desse tempo, o(a) candidato(a) que não entregar **imediatamente** o caderno de provas será considerado desistente da seleção.

7. O(A) candidato(a) **não** deverá identificar-se em nenhum lugar do caderno de provas ou da folha de respostas a não ser naquele expressamente destinado a tal fim e **não** deverá assinar ao final da Prova Dissertativa.

8. As questões da **Prova Objetiva** apresentam cinco alternativas, das quais apenas uma deverá ser marcada, conforme as instruções de cada comando.

9. Compete **unicamente** ao(à) candidato(a), sob sua **exclusiva** responsabilidade, marcar as respostas da **Prova Objetiva** nas quadrículas da folha de respostas, que será o **único** documento considerado para correção. Serão consideradas **incorretas** marcações **duplas, rasuradas ou emendadas**. **Não** haverá, em hipótese alguma, substituição da folha de respostas em razão de erro do(a) candidato(a).

10. O(A) candidato(a) deverá utilizar caneta esferográfica **preta ou azul** para efetuar as marcações no cartão de respostas. As quadrículas desejadas poderão ser completamente preenchidas ou marcadas com um X, sem que seus limites sejam ultrapassados. E, em hipótese alguma, deve ser utilizado corretivo líquido, em fita, ou qualquer outra forma de correção de marcação.

11. O **número de inscrição** do(a) candidato(a) deverá ser grafado na folha de respostas na seção correspondente, com caneta preta ou azul.

12. A **Prova Dissertativa** deverá ser feita com letra **legível** em tinta **preta ou azul**. Porções ilegíveis **não** serão consideradas na correção, podendo, portanto, prejudicar a avaliação da prova. A identificação deverá ser **exclusivamente** pelo número de inscrição no espaço correspondente.

13. A não observância de qualquer uma destas instruções poderá acarretar a **exclusão** do(a) candidato(a) da seleção.

**BOA SORTE!**



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA DA 5ª REGIÃO

PROCESSO SELETIVO PÚBLICO PARA  
ESTAGIÁRIOS DE DIREITO – 2019

PROVA OBJETIVA

**DIREITO CONSTITUCIONAL**

QUESTÃO 01

Indique a opção CORRETA de função institucional do Ministério Público (CF, art. 129):

- (A) promover, subsidiariamente, a ação penal privada, na forma da lei.
- (B) promover a ação civil pública para defesa de quaisquer direitos difusos.
- (C) exercer o controle interno e externo dos órgãos policiais.
- (D) instaurar o inquérito policial, indicados os fundamentos jurídicos do ato.
- (E) prestar consultoria jurídica preventiva aos órgãos públicos, na forma da lei.

QUESTÃO 02

Nos termos do art. 14, §3º, da Constituição Federal, NÃO é condição de elegibilidade o(a):

- (A) alistamento eleitoral.
- (B) domicílio eleitoral na circunscrição.
- (C) condição de brasileiro nato.
- (D) filiação partidária.
- (E) idade mínima entre 18 e 35 anos, conforme os tipos de cargos.

QUESTÃO 03

Em relação às normas constitucionais sobre o Poder Judiciário e Ministério Público, no âmbito federal, assinale a alternativa CORRETA:

- (A) os Tribunais Regionais Federais (TRFs) julgam, em grau de recurso, exclusivamente, as causas decididas por juízes federais.
- (B) o Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União é um ramo especializado do Ministério Público da União.
- (C) as causas de falência, havendo interesse da União, são da competência da Justiça Federal.

(D) compete ao TRF o julgamento do *habeas corpus* contra ato do próprio tribunal.

(E) compete ao TRF o julgamento do mandado de segurança contra ato do próprio tribunal.

QUESTÃO 04

Em relação aos direitos e garantias previstos no art. 5º da Constituição Federal, assinale a opção CORRETA:

- (A) o exercício do direito de reunião, nos espaços públicos abertos, independe de prévio aviso à autoridade competente.
- (B) é garantida aos brasileiros, a qualquer tempo, a livre locomoção no território nacional, podendo nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens.
- (C) sem ofensa ao direito de propriedade, os bens particulares, somente na hipótese de iminente perigo de conhecimento público, podem ser usados pelo Poder Público, garantindo-se indenização posterior apenas se houver dano.
- (D) durante o dia, qualquer pessoa pode entrar na casa, sem consentimento do morador, nas hipóteses de desastre, prestação de socorro e flagrante delito; à noite, em tais hipóteses, só as autoridades públicas competentes.
- (E) é livre a expressão da atividade intelectual e artística, independentemente de censura, observadas as licenças definidas em lei.

QUESTÃO 05

NÃO cabe recurso extraordinário, para o Supremo Tribunal Federal, de decisão recorrida que (CF, art. 102, III):

- (A) julgar válida lei local contestada em face de lei federal.
- (B) declarar a inconstitucionalidade de tratado.
- (C) contrariar dispositivo da Constituição.
- (D) julgar válida lei local contestada em face da Constituição.
- (E) contrariar tratado ou lei federal, ou negar-lhes vigência.

QUESTÃO 06

Para anular ato lesivo ao meio ambiente, o cidadão poderá propor:

- (A) ação civil pública.
- (B) mandado de injunção.
- (C) mandado de segurança coletivo.
- (D) ação popular.
- (E) nenhuma das alternativas.

**DIREITO ADMINISTRATIVO**

QUESTÃO 07

Acerca dos princípios de Direito Administrativo, assinale a alternativa correta:

- (A) o rol dos princípios elencados pela Constituição não é exaustivo, tanto que existem os chamados "princípios implícitos".
- (B) o princípio da legalidade é uma das poucas previsões constitucionais que se relaciona à possibilidade de existir tirania e autoritarismo dos membros do Poder Executivo.
- (C) o princípio da moralidade aplica-se apenas aos entes da administração pública indireta.
- (D) a moralidade e a razoabilidade são exemplos de princípios administrativos sem previsão expressa.
- (E) A Constituição Federal prevê, expressamente, os princípios da legalidade, publicidade, impessoalidade, moralidade, eficiência e proporcionalidade.

QUESTÃO 08

Considere as assertivas:

- I. Empresas públicas e sociedades de economia mista dependem, para a sua criação, de autorização legislativa, que deve ser específica, vedada a autorização genérica.
- II. As autarquias, as fundações públicas, as sociedades de economia mista e as empresas públicas integram a Administração Indireta.
- III. A Presidência da República e os Ministérios são órgãos integrantes da Administração Federal Indireta.

É correto afirmar que:

- (A) todas as assertivas estão incorretas.
- (B) somente a assertiva III está incorreta.
- (C) somente as assertivas I e III estão incorretas.
- (D) somente as assertivas I e II estão incorretas.
- (E) todas as assertivas estão corretas.

QUESTÃO 09

Complete as lacunas na frase a seguir e assinale a alternativa correta:

\_\_\_\_\_ é o efeito mediato do ato, é o objetivo decorrente do interesse coletivo e indicado pela lei, buscado pela Administração.

\_\_\_\_\_ é pressuposto de fato e direito que leva a Administração a praticar o ato.

Já a \_\_\_\_\_ é um aspecto formal que constitui garantia jurídica para o administrado e para a Administração, possibilitando o controle do ato.

- (A) Motivo – objeto – competência
- (B) Finalidade – objeto – competência
- (C) Objeto – finalidade – forma
- (D) Finalidade – motivo – forma
- (E) Forma – motivo – objeto.

QUESTÃO 10

Considerando as afirmações abaixo:

I. Edital é o meio pelo qual os interessados tomam conhecimento da licitação, sendo convidados para dela participar.

II. O edital da licitação deve ser rigorosamente cumprido, estando a administração vinculada ao que nele está contido.

III. O edital não pode conter especificações exageradas que levem a privilegiar algum concorrente.

É correto afirmar que:

- (A) todas as afirmações estão corretas;
- (B) todas as afirmações estão incorretas;
- (C) apenas a afirmação I está correta;
- (D) apenas as afirmações I e II estão corretas;
- (E) apenas as afirmações I e III estão corretas.

QUESTÃO 11

O Estado de Pernambuco propôs ação de desapropriação por utilidade pública, declarando urgência e requerendo imissão provisória na posse de um imóvel em que ocorre um empreendimento imobiliário (loteamento), constituído dentro dos parâmetros legais e devidamente aprovado, há vários anos, pelo Município de Gravatá. O desapropriado:

- (A) pode pleitear a anulação do decreto expropriatório, uma vez que a obra fora aprovada pelo órgão municipal com competência para autorizar o empreendimento em questão;
- (B) tem direito à justa e prévia indenização;
- (C) não tem direito à indenização, porque a atuação do Estado prepondera sobre a do Município;
- (D) não tem direito à indenização porque o interesse coletivo prevalece sobre o interesse individual;
- (E) tem direito apenas à indenização das benfeitorias já realizadas.

QUESTÃO 12

A responsabilidade civil objetiva da Administração Pública compreende os danos causados aos particulares, até mesmo:

- (A) sem haver culpa ou dolo do agente, pelo ato ou fato danoso;
- (B) quando houver culpa exclusiva do particular;
- (C) sem nexos causal entre fato e o dano;
- (D) quando o seu agente não agiu nessa condição, ao causar o dano;
- (E) quando o particular age fraudulentamente.

**DIREITO PENAL**

QUESTÃO 13

Assinale a alternativa correta acerca da aplicação da lei penal no tempo e no espaço

- (A) não há crime sem lei anterior que o defina, mas poderá haver pena sem prévia cominação legal.
- (B) ninguém pode ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime, mas não cessam em virtude dela a execução e os efeitos penais da sentença condenatória transitada em julgado.
- (C) lei excepcional ou temporária, embora decorrido o período de sua duração ou cessadas as circunstâncias que a determinaram, aplica-se ao fato praticado durante sua vigência.
- (D) considera-se praticado o crime no momento da ocorrência do resultado, ainda que outro seja o momento da ação ou da omissão.
- (E) não ficam sujeitos à lei brasileira, quando cometidos no estrangeiro, os crimes contra a vida ou a liberdade do Presidente da República Federativa do Brasil.

QUESTÃO 14

A doutrina afirma: "O tipo penal é um instrumento legal, logicamente necessário e de natureza predominantemente descritiva, que tem por função a individualização de condutas humanas penalmente relevantes" (ZAFFARONI, Eugênio. Manual de Derecho Penal: Parte General, p. 371). São elementos integrantes do fato típico:

- (A) conduta humana (ação ou omissão).
- (B) resultado (exceto nos crimes de mera conduta).
- (C) nexos causal entre a conduta e o resultado.
- (D) adequação típica ou tipicidade.
- (E) todas as assertivas estão corretas.

QUESTÃO 15

Acerca da teoria geral do crime, é correto afirmar que:

- (A) a omissão, em quaisquer circunstâncias, é sempre penalmente relevante.
- (B) crime tentado ocorre quando o agente, iniciada a execução, não o consuma por circunstâncias alheias à sua vontade.
- (C) salvo disposição em contrário, pune-se a tentativa com a pena correspondente ao crime consumado, diminuída sempre de metade.
- (D) o agente que, involuntariamente, desiste de prosseguir na execução ou impede que o resultado se produza, só responde pelos atos já praticados.
- (E) pune-se a tentativa quando, por ineficácia absoluta do meio ou por absoluta impropriedade do objeto, é impossível consumar-se o crime.

QUESTÃO 16

Acerca da extinção da punibilidade, é correto afirmar que:

- (A) a morte da pessoa extingue a punibilidade apenas e tão-somente se ocorrida antes do trânsito em julgado da sentença penal condenatória.
- (B) os crimes contra a ordem tributária (Lei n.º 8.137/90) são imprescritíveis.
- (C) o pagamento integral do tributo sonegado e acréscimos legais é causa extintiva de punibilidade.
- (D) a prescrição da pena de multa sempre será de quatro anos, quando ela for a única aplicada ou cominada.
- (E) todas as assertivas estão corretas.

QUESTÃO 17

Sobre os crimes contra o patrimônio, é correto afirmar que:

(A) subtrair coisa móvel alheia, para si ou para outrem, mediante grave ameaça ou violência a pessoa, ou depois de havê-la, por qualquer meio, reduzido à impossibilidade de resistência, consiste no tipo penal de roubo.

(B) constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, e com o intuito de obter para si ou para outrem indevida vantagem econômica, a fazer, tolerar que se faça ou deixar de fazer alguma coisa, consiste no tipo penal de furto.

(C) exigir ou receber, como garantia de dívida, abusando da situação de alguém, documento que pode dar causa a procedimento criminal contra a vítima ou contra terceiro, consiste no tipo penal de usuração.

(D) é punível criminalmente o delito de dano culposo.

(E) apropriação indébita previdenciária é ilícito administrativo, mas não crime.

QUESTÃO 18

Tício, funcionário público, dolosamente, desviou para si um microcomputador da repartição pública em que trabalhava. A conduta penal ora narrada é descrita como:

(A) furto qualificado.

(B) apropriação indébita majorada.

(C) receptação.

(D) concussão.

(E) peculato.

**DIREITO PROCESSUAL PENAL**

QUESTÃO 19

Qual é a instituição, dentre as arroladas abaixo, em que os seus integrantes, no processo penal, gozam de prazo em dobro e da prerrogativa de intimação pessoal em autos físicos, quando de alguma atuação em juízo?

(A) Ministério Público;

(B) Ordem dos Advogados do Brasil;

(C) Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão;

(D) Defensoria Pública;

(E) Nenhuma das respostas acima está correta.

QUESTÃO 20

No curso de uma investigação policial voltada para apurar uma hipótese delituosa de dispensa indevida de licitação de verbas federais, a que faz menção o art. 89 da Lei nº 8.666/93, tem-se uma situação em que a autoridade investigante concluiu os seus trabalhos, ao reunir provas suficientes do cometimento do crime por parte do então prefeito, agora ocupante de outro cargo (deputado estadual), o que significa dizer

que, uma vez convencido da existência de responsabilidade penal, o próximo passado do órgão ministerial é deflagrar providências daí decorrentes. Nessa situação, considerando-se a jurisprudência atualmente reinante em nosso país, cuja diretriz é o entendimento estabelecido desde o ano passado pelo Supremo Tribunal Federal, o profissional da área jurídica em favor de quem se faz a presente seleção de estagiários terá que tomar uma providência. Pergunta-se: qual das hipóteses abaixo melhor se encaixa a título de uma dessas providências:

(A) apresentar uma peça acusatória (denúncia) junto ao Tribunal Regional Federal que possui competência no âmbito de sua atuação;

(B) apresentar uma peça acusatória (denúncia) junto ao juiz federal que possui competência no âmbito de sua atuação;

(C) apresentar uma peça declinatória de atribuição (ou de competência) que faça chegar ao colega de primeiro grau que seria ele o órgão oficiante nessa situação;

(D) apresentar uma peça declinatória de atribuição (ou de competência) que faça chegar ao delegado de polícia federal que investiga o fato que seria ele o órgão oficiante para apresentar uma peça acusatória (denúncia) junto ao Tribunal Regional Federal que possui competência para esse tipo de situação;

(E) nenhuma das respostas acima está correta.

QUESTÃO 21

Vamos considerar a seguinte situação: um deputado federal, à época, envolveu-se, fora do plenário, mas ainda no âmbito da Câmara de Deputados, em uma discussão com uma colega parlamentar, tendo sido por esta acusado de ofendê-la e, depois, chegou a ser por isso denunciado no Supremo Tribunal Federal, sob acusação de incitar o crime de estupro e de cometer injúria. A denúncia foi recebida e o processo seguia seus trâmites legais, só que o então parlamentar agora é presidente da República. Nessa situação qual a providência a ser tomada no âmbito do Supremo Tribunal Federal:

(A) determinar a extinção do feito criminal com base na imunidade processual em favor do presidente da República, de sede constitucional;

(B) suspender o processo com base na imunidade processual em favor do presidente da República, de sede constitucional;

(C) dar continuidade ao feito criminal, pelo menos até a instrução probatória, por depender ainda de colheita de depoimentos testemunhais e requisição de imagens, eis que não se aplica, especificamente nessa fase, a imunidade processual, de sede constitucional, em favor do presidente da República;

(D) dar continuidade ao feito criminal, inclusive submeter o caso a julgamento, por não se aplicar essa imunidade processual, de sede constitucional, eis que, à época dos fatos, exercia o acusado outro cargo, que não o de presidente da República;

(E) nenhuma das respostas acima está correta.

QUESTÃO 22

Denunciado como incurso no Decreto-Lei nº 201/67, mais precisamente no art. 1º, inciso VII [pena de 3 (três) meses a 3 (três) anos de detenção], por omissão na prestação de contas de verbas federais transferidas, por convênio, para determinado município do qual era o seu então prefeito, fato esse ocorrido, pelo decurso do vencimento para justificar a aplicação dos recursos, em 10.03.2010, eis que mais adiante tem contra si uma denúncia recebida em 09.03.2012 pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco. Com uma nova eleição o denunciado deixa de ser prefeito e, em março de 2013, o feito criminal, ainda na fase de instrução probatória, é declinado, mesmo sem recurso das partes, para o juízo estadual de primeiro grau por não mais deter aquele (denunciado) prerrogativa de foro em segundo grau. Novamente o feito criminal é declinado, agora para o juízo federal de primeiro grau, o que só ocorreu em fevereiro de 2018, quando o juízo estadual se deu conta de se tratar de um fato cuja competência é da Justiça Federal. No âmbito da Justiça Federal a denúncia é ratificada em 08.03.2018 pelo órgão do Ministério Público Federal que ali atua, tendo tal peça sido recebida no dia seguinte pelo magistrado federal, com aproveitamento dos atos processuais anteriores. Com esse cenário a defesa do réu impetra um habeas corpus no Tribunal Regional Federal da 5ª Região, no qual requer a nulidade do feito desde a denúncia, inclusive do seu recebimento, pela Corte Estadual, com o reconhecimento da prescrição, considerando-se o intervalo de tempo entre o fato, ocorrido em 10.03.2010, e a presente data, já no ano de 2019. Nesse caso, qual a melhor solução?

(A) reconhecer uma hipótese de nulidade processual, a partir dos atos anteriores à declinação do feito para a Justiça Federal, com a eclosão, em seguida, da prescrição, eis que entre a data do fato, em 10.03.2010, e até a presente data, em 2019, já ultrapassou um prazo de 08 (oito) anos, a que faz menção o art. 109, inciso IV, do Código Penal, sem que possa ser entendida como causa interruptiva a denúncia e o seu recebimento, no âmbito da Justiça Estadual, por ser aí absolutamente incompetente (ou seja, não deter atribuição/competência) para esse tipo de atuação;

(B) não reconhecer a prescrição, eis que entre a data do fato, em 10.03.2010, e a data do recebimento da denúncia, pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco, em 09.03.2012, ato esse que veio a ser convalidado na Justiça Federal – portanto, sem que se possa mais falar em nulidade do feito -, não teria decorrido tempo suficiente para a prescrição;

(C) não reconhecer nenhuma causa extintiva de punibilidade, pois, ainda que não seja possível convalidar os atos anteriores no âmbito da Justiça Estadual, aplica-se, à hipótese, o art. 110, § 1º, do Código Penal, com sua nova redação implementada pela Lei nº 12.234, de 05.05.2010, ao não mais admitir contagem de prescrição anterior à denúncia ou à queixa;

(D) reconhecer a nulidade processual no âmbito da Justiça Federal, mas sem agregar, a essa hipótese, qualquer causa extintiva de punibilidade, por entender que, tendo sido antes recebida a denúncia no âmbito da Justiça Estadual, em cuja oportunidade as partes se conformaram, não há mais como o magistrado que aí atua declinar o feito, de ofício, de um

aparelho judiciário para outro, sob pena de ofensa à coisa julgada, razão pela qual, com o retorno do feito e com a sua retomada e aproveitamento dos atos processuais até então realizados junto ao ramo estadual do Poder Judiciário a que primeiramente tocou o conhecimento do fato, não há que se falar em prescrição;

(E) nenhuma das respostas acima está correta.

QUESTÃO 23

Em um determinado feito criminal o órgão do Ministério Público Federal apresentou denúncia na Justiça Federal, em primeiro grau, tendo nessa oportunidade, uma vez constituída a dívida, em definitivo, na esfera tributária, atribuído ao denunciado a prática do crime de apropriação indébita previdenciária, a que faz menção o Código Penal, em seu art. 168-A [pena de 2 (dois) a 5 (cinco) anos de reclusão, e multa], considerando-se, para tanto, o período em que era o imputado sócio-gerente da pessoa jurídica que incidiu na omissão de repasse ao INSS das contribuições previdenciárias recolhidas de seus segurados empregados, conforme a folha salarial. A autoridade judiciária, ao analisar tal peça, rejeitou-a à luz de uma daquelas hipóteses do art. 395 do Código de Processo Penal, por entender que esse fato não é típico, por violar a proibição constitucional de prisão por dívidas. Nesse caso, o que poderia fazer o órgão do Ministério Público Federal ?

(A) interpor somente um tipo de recurso, que seria a apelação;

(B) apresentar recurso em sentido estrito, de preferência, embora também seja possível interpor apelação, nesse último caso pelo princípio da fungibilidade;

(C) impetrar habeas corpus, considerando-se a amplitude desse remédio constitucional para toda e qualquer situação gravosa às partes;

(D) apresentar agravo de instrumento, por se tratar de uma decisão meramente terminativa, e não definitiva;

(E) nenhuma das respostas acima está correta.

QUESTÃO 24

Em um determinado feito criminal o órgão do Ministério Público Federal, uma vez rejeitada qualquer possibilidade de transação penal, apresentou denúncia na Justiça Federal, em primeiro grau, tendo nessa oportunidade, dado o descumprimento do raio de abrangência do espectro de funcionamento anteriormente concedido a determinado serviço de radiodifusão comunitária, enquadrado o denunciado, mesmo que sem dano conhecido a terceiro, na Lei nº 4.117/62, mais precisamente em seu art. 70 [pena de 1 (um) a 2 (dois) anos de detenção], considerando-se, para tanto, o período em que era o imputado sócio-gerente da pessoa jurídica titular da outorga estatal. A autoridade judiciária, ao analisar tal peça, rejeitou-a à luz de uma daquelas hipóteses do art. 395 do Código de Processo Penal, por entender que esse fato não é típico, por violar o princípio constitucional da liberdade de expressão e o Pacto de São José da Costa Rica. Nesse caso, o que poderia fazer o órgão do Ministério Público Federal ?

(A) interpor somente um tipo de recurso, que seria a apelação;

(B) apresentar recurso em sentido estrito, de preferência, embora também seja possível interpor apelação, nesse último caso pelo princípio da fungibilidade;

(C) impetrar habeas corpus, considerando-se a amplitude desse remédio constitucional para toda e qualquer situação gravosa às partes;

(D) apresentar agravo de instrumento, por se tratar de uma decisão meramente terminativa, e não definitiva;

(E) nenhuma das respostas acima está correta.

### DIREITO PROCESSUAL CIVIL

#### QUESTÃO 25

Assinale a alternativa correta acerca das normas fundamentais do processo civil, de acordo com o Código de Processo Civil de 2015:

(A) a atividade satisfativa da tutela jurisdicional deve ser prestada com duração razoável.

(B) devem agir com boa-fé apenas as partes atuantes do processo.

(C) a cooperação processual é princípio que atinge as partes e os serventuários da justiça, jamais os magistrados e os membros do Ministério Público.

(D) a solução consensual dos conflitos é incentivada somente antes do ingresso com a ação judicial.

(E) nenhuma das assertivas anteriores.

#### QUESTÃO 26

A doutrina afirma: "O magistrado está limitado, na sua decisão, aos fatos jurídicos alegados e ao pedido formulado" (DIDIER Jr., Fredie. Curso de Direito Processual Civil. Edit. Jus Podivm, 1 v., 17.ed., 2015, p. 553). Essa lição concerne ao princípio:

(A) da inércia processual.

(B) da eventualidade

(C) do dispositivo ou da livre iniciativa da parte.

(D) da adstrição ou congruência.

(E) nenhuma das assertivas anteriores.

#### QUESTÃO 27

À luz do CPC em vigor, é correto afirmar que:

(A) a jurisdição civil é exercida apenas por juízes e tribunais de segundo grau, pois não se aplica aos magistrados que compõem os tribunais superiores.

(B) para postular em juízo é necessário ter interesse e legitimidade.

(C) ninguém poderá pleitear direito alheio em nome próprio, salvo quando autorizado pela própria pessoa interessada.

(D) em havendo substituição processual, o substituído não poderá intervir como assistente litisconsorcial.

(E) nenhuma das assertivas anteriores.

#### QUESTÃO 28

Sobre a atuação do Ministério Público no processo civil, é correto afirmar que:

(A) o Ministério Público atuará na defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses e direitos sociais e individuais disponíveis.

(B) o Ministério Público não exercerá o direito de ação, isto é, jamais atuará na condição de parte.

(C) o Ministério Público será intimado para, no prazo de 30 (trinta) dias, intervir como fiscal da ordem jurídica nas hipóteses previstas em lei ou na Constituição Federal.

(D) nos casos de intervenção como fiscal da ordem jurídica, o Ministério Público terá vista dos autos antes das partes, sendo intimado, pelo Diário da Justiça, de todos os atos do processo.

(E) nenhuma das assertivas anteriores.

#### QUESTÃO 29

Tratando da temática da tutela provisória, sob a ótica do CPC/2015, é correto afirmar que:

(A) a tutela provisória pode fundamentar-se em urgência ou evidência.

(B) a tutela provisória requerida em caráter incidental depende do pagamento de custas.

(C) salvo decisão judicial em contrário, a tutela provisória não conservará a eficácia durante o período de suspensão do processo.

(D) o juiz poderá determinar as medidas que considerar adequadas para efetivação da tutela provisória, apenas e tão-somente quando houver prévio pedido da parte interessada.

(E) nenhuma das assertivas anteriores.

#### QUESTÃO 30

No tocante à teoria geral recursal, em consonância com o CPC/2015, é correto afirmar que:

(A) são previstos os seguintes recursos processuais civis: i) apelação; ii) agravo de instrumento; iii) agravo interno; iv) carta testemunhável; e v) recurso de revista.

(B) o recorrente não poderá, mesmo com a anuência do recorrido, desistir do recurso.

(C) os recursos, via de regra, impedem a eficácia da decisão, salvo disposição legal ou decisão judicial em sentido diverso.

(D) a parte que aceitar expressa ou tacitamente a decisão não poderá recorrer.

(E) nenhuma das assertivas anteriores.









MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA DA 5ª REGIÃO

PROCESSO SELETIVO PÚBLICO PARA  
ESTAGIÁRIOS DE DIREITO – 2019

**RASCUNHO** DA PROVA DISSERTATIVA (SUBJETIVA)

Número de inscrição:

--	--	--	--	--	--	--

RASCUNHO

RASCUNHO

RASCUNHO